

Ana Volpe



Senado pode votar na quarta o reajuste para aposentados

Previsão sobre votação do aumento dos benefícios da Previdência é da própria liderança do governo, que espera, na véspera, analisar outras três medidas provisórias que trancam a pauta

O projeto de lei de conversão que reajusta em 7,72% as aposentadorias e pensões acima de um salário mínimo pode ser votado no Plenário do Senado nesta quarta-feira, na previsão do próprio líder do governo, senador Romero

Jucá. Relator do PLV, ele pretende corrigir a discrepância de números herdada da Câmara, o que obrigará a uma nova análise da proposta pelos deputados. Os aposentados alegam que os benefícios tiveram uma perda de 70% apenas nos últimos 15 anos. **4 e 5**

Galerias do Plenário lotadas por aposentados, que vieram a Brasília convencer os senadores a aprovarem o PLV 2/10: uma vigília pela votação da proposta deve ser iniciada amanhã

Seminário no Senado debate futuro do direito autoral

Especialistas e parlamentares se reuniram, a convite do Senado, para discutir como a revolução tecnológica e a internet afetam a questão. **8**

Para Alvaro, PT desdenhou da Justiça Eleitoral

Alvaro Dias afirmou que espera “reação dura” do TSE contra programa do Partido dos Trabalhadores. **7**

Viana entrega hoje relatório preliminar da LDO 2011

Projeto enviado ao Congresso Nacional pelo governo prevê salário mínimo de R\$ 535,61 a partir de 1º de janeiro de 2011. **2**

Cristovam: Brasil pode ser “fazedor de paz”

Esse pode ser o saldo do encontro de Lula com o presidente do Irã, desejou o senador na sexta-feira. **7**

Simon defende aprovação do Ficha Limpa na quarta-feira

Pedro Simon disse que, se projeto for aprovado na quarta pela CCJ, pedirá urgência para votação no mesmo dia pelo Plenário, para seguir logo à sanção. **3**

Gerardo Magalhães



Sessão solene do Congresso reuniu cerca de 70 bispos e arcebispos para homenagear os 50 anos da Arquidiocese de Brasília e o 16º Congresso Eucarístico Nacional, ocorrido de quinta a domingo na capital. **6**



Parlamentares têm até o dia 21 para apresentar emendas ao texto preliminar, e a votação do relatório final está prevista para 1º de julho

Relatório inicial da LDO deve ser divulgado hoje

O RELATOR DO projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, Tião Viana (PT-AC), deve entregar hoje o relatório preliminar à Comissão Mista de Orçamento (CMO). Entre os dias 19 a 21, os parlamentares vão apresentar suas emendas ao relatório inicial.

O texto constitucional estabelece que deputados e senadores não podem entrar em recesso antes de aprovarem a LDO. A data de entrega do relatório preliminar foi fixada no novo cronograma de tramitação da LDO. Esse calendário foi aprovado pelo colegiado de líderes da CMO em reunião na última quarta-feira.

Pelo anterior, a entrega deveria ter sido feita nove dias antes, mas esse adiamento não modifica o cronograma dos trabalhos na fase do relatório final, já que o novo calendário comprimiu o tempo que o relator terá para fechar esse segundo relatório.

A votação do relatório final está prevista para 1º de julho, com encaminhamento do parecer à Mesa do Congresso até cinco dias depois. No dia 6 de julho, portanto, o Congresso já disporá do parecer para a votação final, 12 dias antes do início do recesso constitucional (de 18 a 31 de julho).

Parâmetros

No projeto da LDO, o salário mínimo foi fixado em R\$ 535,91 a partir de janeiro de 2011. A meta para a inflação para o próximo ano é de 4,5% (IPCA) e a taxa básica de juros (Selic) efetiva está projetada em 8,71% pela média anual.

O governo reafirmou a expectativa de uma forte recuperação da economia já neste ano, com aumento real de 5,2% do produto interno bruto (PIB) – no ano passado, o índice caiu 0,2%. Para 2011, o crescimento



Tião Viana (C) deve entregar hoje o relatório preliminar à CMO, presidida pelo deputado Waldemir Moka (E)

é projetado em 5,5%.

O projeto muda a forma de apresentar as metas fiscais, que passam a ter valor nominal e não em percentual do PIB, como nas LDOs anteriores, destaca informativo das consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara. A meta global foi fixada em R\$ 125,4 bilhões. Esse valor guarda correspondência com a meta que vinha sendo adotada, de 3,3% do PIB, para o conjunto do setor público.

O esforço de economia será assim repartido: para o governo central, R\$ 81,7 bilhões; estatais federais, R\$ 7,6 bilhões; e estados e municípios, R\$ 36,1 bilhões.

A meta global poderá ser reduzida em função da execução de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), inclusive por meio de gastos relativos a restos a pagar e do excesso do superávit que venha a ser apurado em 2010.

Projetos polêmicos se acumulam e trancam a pauta do Plenário

Nesta semana, os senadores deverão analisar uma pauta de Plenário com matérias polêmicas. Agora já são oito os projetos que têm prioridade sobre as demais votações, incluindo os que tratam do marco regulatório do pré-sal e do reajuste das aposentadorias.

A Medida Provisória (MP) 474/09, transformada em projeto de lei de conversão (PLV 3/10) que fixou o salário mínimo em R\$ 510 no dia 1º de janeiro, passou a integrar esse conjunto de matérias que têm prioridade de votação no Plenário.

Outra MP que tranca a pauta é a 475/09, que virou PLV 2/10 e reajusta as aposentadorias acima de um salário mínimo em 7,72%, além de extinguir o fator previdenciário (veja as páginas 4 e 5). Alguns senadores querem que esse seja o primeiro item das votações, mas, para o presidente do Senado, José Sarney, isso não será regimentalmente possível, pois as medidas provi-

sórias que chegaram antes ao Senado deverão ser analisadas primeiro.

Essas medidas provisórias concedem créditos extraordinários para órgãos públicos. São elas: a MP 477/09, que destinou R\$ 18,1 bilhões a ministérios e empresas estatais no Orçamento de 2009, a maior parte a ser aplicada em despesas de custeio e investimento em infraestrutura; e a MP 480/10, com recursos de R\$ 1,3 bilhão para ministérios, boa parte aplicada na recuperação do Haiti.

As demais matérias que trancam a pauta são os quatro projetos de lei da Câmara (PLCs) – enviados pelo Executivo – que tratam do marco regulatório de exploração do pré-sal: 309/09, que cria a Petro-Sal; 7/10, que cria o Fundo Social; 8/10, para a capitalização da Petrobras; e 16/10, que fixa novos critérios para a distribuição dos royalties do petróleo e cria o regime de partilha de produção.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Discursos

14h Sem a votação de projetos, a sessão é destinada a pronunciamentos dos senadores.



Waldemir Barreto

CI Transportes terrestres

18h A Comissão de Serviços de Infraestrutura promove mais um painel sobre formação e capacitação de recursos humanos na área de transportes terrestres, que faz parte do ciclo de debates Agenda Desafio 2009 – 2015: recursos humanos para inovação e competitividade. Entre os convidados, a superintendente de Gestão da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Elisabeth Braga; a diretora-executiva do Sest/Senat, Tereza Pantoja; e o comandante do Instituto Militar de Engenharia, Amir Elias Abdalla Kurban.

Terça-feira

CRA Produtor rural

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária examina projeto que trata do Estatuto do Produtor Rural.

CAE Cobrança de tributos

10h Projeto que prevê a reformulação do sistema de cobrança de devedores de tributos consta da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

CE Riscos dos vícios

11h Na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, projeto que obriga a publicação, em cadernos e livros escolares, de mensagens educativas sobre os males e os riscos do cigarro e do álcool. Comissão analisa ainda proposta que cria o piso salarial nacional para os professores da educação básica.

CMA ICMBio no Amazonas

11h Audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para discutir as políticas públicas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e ainda sua atuação no Amazonas. Serão ouvidos, entre outros, representantes do ICMBio, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Instituto de Terras do Amazonas (Iteam). Em seguida, haverá reunião da subcomissão temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte (PA).

Quarta-feira

CCT Balanços nos jornais

8h30 O primeiro item da pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática é o projeto que obriga as sociedades de grande porte a publicar suas demonstrações financeiras em jornais de grande circulação. Analisa ainda projetos de decretos legislativos que autorizam serviços de radiodifusão em diversos estados.

CCJ Debate sobre novo CPC

10h O ministro do Superior Tribunal de Justiça Luiz Fux participa de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para debater o novo Código de Processo Civil. A CCJ analisa ainda uma pauta de 48 itens, entre eles, o projeto Ficha Limpa, que impede a candidatura de políticos condenados pela Justiça.

CDR Segurança da aviação civil

11h A Comissão de Desenvolvimento Regional vai debater a segurança da aviação civil. Serão ouvidos a diretora-presidente da Anac, Solange Paiva Vieira; a secretária de Aviação Civil do Ministério da Defesa, Fabiana Todesco; e o diretor técnico do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias, Ronaldo Jenkins de Lemos.

CPI do MST Quatro depoimentos

14h A CPI do MST realiza audiência pública para ouvir os representantes dos ministérios da Cultura, Lúcia Helena Fernandes Campolina e Ana Paula Dourado Santana; do Meio Ambiente, João de Deus Medeiros; e do Desenvolvimento Social, Crispim Moreira.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Senador afirma que, se proposta for aprovada pela CCJ na quarta-feira, pedirá urgência para que seja votada à tarde pelo Plenário, de modo a ser encaminhada no mesmo dia à sanção

Simon defende aprovação do projeto Ficha Limpa na quarta

O SENADOR PEDRO Simon (PMDB-RS) defendeu, na sexta-feira, a aprovação do projeto Ficha Limpa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nesta quarta-feira pela manhã, quando então pedirá urgência para que seja votado pelo Plenário à tarde. Dessa forma, frisou, o texto poderá ser encaminhado à sanção presidencial no mesmo dia.

O parlamentar disse que o presidente da CCJ e relator da proposta, Demostenes Torres (DEM-GO), já anunciou que apresentará seu relatório na quarta. Simon afirmou que, na hipótese de o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), requerer vista, pedirá que lhe seja concedida por duas horas, uma vez que o projeto em sua avaliação, já é de amplo conhecimento.

Caso haja falta de quórum, o parlamentar gaúcho prometeu informar à imprensa o nome de todos os senadores ausentes.

Delitos

O projeto Ficha Limpa impede a candidatura de políticos condenados pela Justiça, em decisão colegiada, por crimes de maior gravidade, como corrupção, abuso de poder econômico, homicídio e tráfico de drogas, entre outros delitos. A proposta (PLC 58/10 – Complementar) é de iniciativa popular e foi aprovada na última terça-feira pela Câmara dos Deputados.

– Não é o projeto que eu aprovaria e que eu gostaria que fosse aprovado. Não é. Mas é um grande passo, é um início, é uma tomada de posição das mais importantes, no sentido de que estamos rumando para terminar com a impunidade. É o primeiro gesto nesse sentido do Congresso brasileiro – disse Pedro Simon, ao lembrar que o projeto precisa ser sancionado

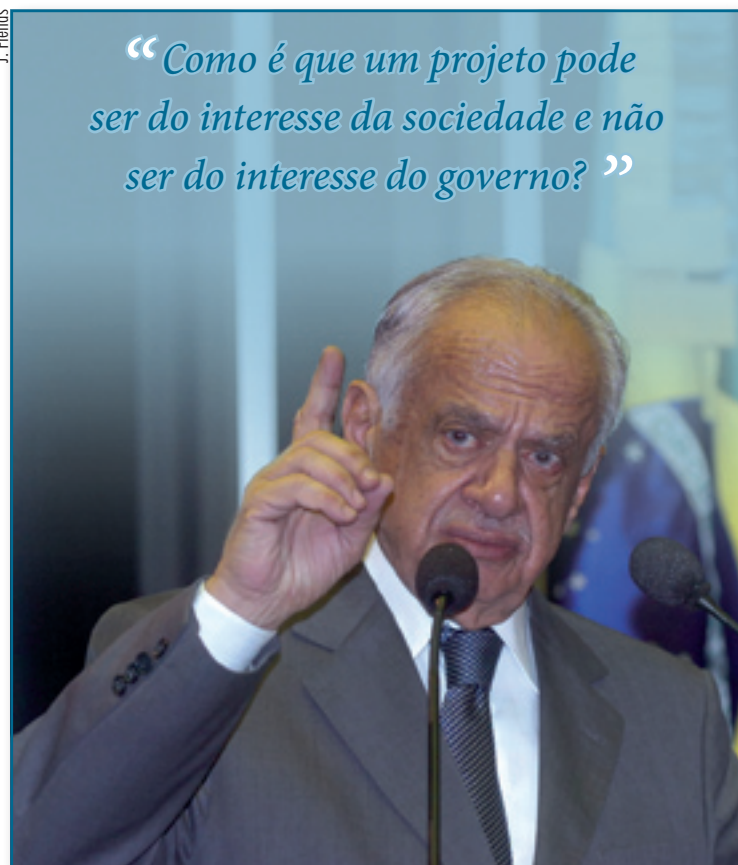
Demostenes e Sarney apoiam urgência, mas Jucá discorda

O projeto Ficha Limpa chegou na quinta-feira ao Senado e está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde poderá ser votado nesta quarta-feira.

O PLC 58/10 Complementar terá Demostenes Torres (DEM-GO) como relator. O senador já anunciou que não pretende propor alterações ao texto acatado pela Câmara dos Deputados.

Se aprovado pela CCJ, o projeto – que torna inelegíveis os candidatos a cargos públicos condenados pela Justiça em decisão colegiada (por um grupo de juízes) – seguirá para o Plenário. Nesse caso, Pedro Simon apresentará pedido de urgência para a tramitação (veja o texto acima).

Também o presidente do Se-



“Como é que um projeto pode ser do interesse da sociedade e não ser do interesse do governo?”

até o dia 10 de junho para que regule as eleições deste ano.

Simon destacou que o projeto tem apoio do presidente do Senado, José Sarney, que afirmou à imprensa ter a intenção de colocá-lo em votação imediatamente. Também os líderes, disse o senador, já se posicionaram favoráveis à aprovação da proposta e querem votá-la sem emendas.

Prioridade

Conforme Simon, apenas a liderança do governo não atribuiu prioridade ao projeto. Ele criticou afirmação de Jucá, de que o Ficha Limpa é de interesse da sociedade e não do governo.

– Quais são os interesses do governo senão os da sociedade? Como é que um projeto pode ser do interesse da sociedade e não ser do interesse do

governo? – questionou.

Na opinião de Simon, o Senado tem sido acusado de aprovar medidas de combate à corrupção – como projeto sobre fidelidade partidária, verba pública de campanha, entre outros – por acreditar que as matérias ficarão arquivadas na Câmara dos Deputados. Agora, argumentou o senador, o projeto Ficha Limpa já passou na Câmara e depende do Senado para sua ratificação.

– Hoje, com esse projeto, essa matéria está sendo colocada à prova. O prestígio do Senado Federal está em jogo – disse o senador.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) também defendeu a aprovação da proposta com rapidez e por unanimidade, por ser resultado da sensibilização da sociedade.



Presidente da CCJ, Demostenes Torres decidiu relatar ele próprio a proposta

Câmara também amplia os casos e o período de inelegibilidade, estabelecendo em oito anos o tempo em que o político fica impedido de se candidatar quando for condenado por crimes eleitorais, hediondos, contra o meio ambiente, racismo e outros.

Proposta recebeu 1,6 milhão de assinaturas pelo país

O projeto Ficha Limpa surgiu a partir de iniciativa popular, tendo recebido 1,6 milhão de assinaturas colhidas pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Foi apresentado ao Congresso em 2009 e relatado inicialmente pelo deputado Índio da Costa (DEM-RJ). O texto que chega ao Senado foi aprovado sob a forma de substitutivo do deputado José Eduardo Car-

dozo (PT-SP). O relator tomou como base esse texto de Índio da Costa e também apensou outros nove projetos similares que tramitavam na Câmara.

A proposta impede candidaturas de pessoas condenadas pela Justiça, em decisão colegiada (por grupo de juízes), por praticarem crimes de corrupção, abuso de poder econômico, homicídio e tráfico de drogas. O projeto também amplia os casos e o período de inelegibilidade.

Principais pontos da iniciativa

As medidas previstas na iniciativa popular ampliam os crimes que impedem candidaturas. Objetivo é evitar a corrupção na política

CORRUPÇÃO

Entre as novas causas de inelegibilidade, seja com sentença transitada em julgado ou condenação por colegiado, o projeto inclui o crime de corrupção eleitoral, inclusive compra de votos, prática de caixa dois ou conduta proibida em campanhas para os que já são agentes públicos. É necessário que o crime implique cassação do registro ou diploma, em julgamento na Justiça Eleitoral. Será declarada também inelegível a pessoa condenada com a suspensão dos direitos políticos por ato doloso de improbidade administrativa com lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.

limpa disputem cargos eletivos e o direito ao contraditório e à ampla defesa. O julgamento do recurso com efeito suspensivo só não terá prioridade sobre o julgamento de mandados de segurança e *habeas corpus*. O texto prevê também que a prática de atos pela defesa com a mera intenção de ganhar tempo (recursos protelatórios) provocará a revogação do efeito suspensivo.

RENÚNCIA

Pelo projeto, quem renunciar para não ser cassado não poderá se candidatar nas eleições seguintes.

PARENTES

A simulação de vínculo conjugal ou seu rompimento para burlar a inelegibilidade de parentes é outro caso a ser considerado como motivo de inelegibilidade. Hoje, já são proibidas as candidaturas de cônjuges para os cargos de prefeito, governador e presidente da República.

DOAÇÃO ILEGAL

São declaradas inelegíveis as pessoas físicas ou os dirigentes de pessoas jurídicas condenadas por doações ilegais.

CONTAS REJEITADAS

A inelegibilidade causada pela rejeição de contas por irregularidade incorrigível passará a ser condicionada aos casos em que isso seja considerado ato doloso de improbidade administrativa. Atualmente, a lei permite a candidatura se a Justiça estiver analisando o processo. O projeto Ficha Limpa é mais específico e permite a candidatura apenas se a decisão do tribunal de contas for suspensa ou anulada pela Justiça.

COLABORAÇÃO

Os processos por abuso do poder econômico ou do poder de autoridade também terão prioridade no Ministério Público e na Justiça Eleitoral, exceto sobre os pedidos de *habeas corpus* e mandados de segurança. As polícias judiciárias, os órgãos de Receita, os tribunais de contas, o Banco Central e o Conselho de Atividade Financeira deverão ajudar na apuração dos delitos relacionados às eleições, com prioridade sobre as demais atribuições.

PROCESSO ADMINISTRATIVO

A inelegibilidade também poderá ocorrer quando magistrados e integrantes do Ministério Público deixarem os cargos na pendência de processo administrativo. Serão ainda inelegíveis, salvo anulação ou suspensão do ato pela Justiça, os demitidos do serviço público devido a processo administrativo e os condenados por órgão profissional à perda do direito de trabalhar na área, em decorrência de infração ética ou profissional.

CRIMES DOLOSOS

O texto aumenta a lista de crimes que impedem a candidatura em processos iniciados por ação penal pública. Além daqueles contra a economia popular, a fé pública, a administração e o patrimônio públicos, são incluídos crimes contra o meio ambiente e a saúde pública, bem como crimes de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, prática de trabalho escravo e delitos cometidos por organização criminosa ou quadrilha, entre outros.

EFETO SUSPENSIVO

O candidato poderá pedir que tenha efeito suspensivo o recurso que ele apresentar contra uma decisão colegiada. Isso dará mais rapidez ao processo, que terá prioridade de julgamento. Se o recurso for negado, será cancelado o registro da candidatura ou o diploma do eleito. Segundo Caradozo, o efeito suspensivo tem o objetivo de conciliar dois fatores: o desejo da sociedade de evitar que pessoas sem ficha

Proposta que traz aumento de 7,72% também acaba com o fim do fator previdenciário. Governo vê impacto negativo nas contas públicas e anuncia que, mesmo aprovado pelo Congresso, projeto tende a ser vetado por Lula

Senado pode votar na quarta reajuste para aposentados

DEVE SER VOTADO pelo Senado esta semana – possivelmente quarta-feira, na previsão da liderança do governo – o projeto de conversão de medida provisória que reajusta em 7,72% as aposentadorias e pensões acima de um salário mínimo. O aumento já está sendo pago desde 1º de janeiro, mas no percentual de 6,14%, conforme o texto original do Executivo. O reajuste adicional de 1,58% foi aprovado pela Câmara no dia 4 com apoio de deputados da base governista.

O projeto que alterou a MP trouxe uma outra mudança significativa para o sistema: o fim do redutor do valor dos benefícios para quem se aposenta com pouca idade mesmo tendo cumprido os anos de contribuição exigidos, conhecido como fator previdenciário.

Criado em 1999, como parte da reforma da Previdência do governo Fernando Henrique Cardoso, o fator vem sendo combatido ferrenhamente pelas entidades de defesa dos aposentados. O fim do redutor é, portanto, considerado por eles uma vitória histórica. Mas o governo já avisou que é contrário à eliminação do dispositivo que, na prática, desestimula os trabalhadores a se aposentarem e assim gera economia para a Previdência.

Dois ministros – Guido Mantega, da Fazenda, e Paulo Bernardo, do Planejamento – anunciaram à imprensa que vão sugerir ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o veto ao projeto (PLV 2/10) caso o Senado o aprove, argumentando que ele terá impacto negativo nas finanças públicas.

Segundo Bernardo, as modificações exigiriam, nos próximos cinco anos, R\$ 30 bilhões a mais em gastos, por conta do reajuste de 7,72%, e outros R\$ 30 bilhões com o fim do fator previdenciário. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, apresentou uma estimativa diferente: R\$ 4 bilhões por ano com a extinção do redutor.

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), os números citados pelos que se opõem ao PLV são descontraídos e não refletem a realidade. Ele questiona o fato de o governo apontar como um problema para as contas públicas a cifra de R\$ 30 bilhões para o reajuste de 7,72%, sendo que o próprio Executivo editou a medida provisória com percentual de 6,14%, ou seja, já havia previsto a absorção da maior parcela do impacto. A assessoria do senador calculou em R\$ 982 milhões por ano a despesa adicional da Previdência com o 1,58% de reajuste a mais inserido no PLV, número semelhante ao que chegou a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

– Então antes tinha dinheiro para pagar e agora não tem mais? – pergunta Paim.

Vigília

O senador anunciou uma vigília em Plenário a partir de 18h de amanhã, conclamando sindicatos e associações de aposentados em todo o país a acompanharem a sessão pela TV Senado, para pressionar pela aprovação do PLV. A medida provisória perde seus efeitos em 1º de junho. Paim alerta que um atraso na votação poderá ameaçar o reajuste em vigor desde janeiro.



Aposentados e pensionistas nas galerias do Plenário do Senado, pressionando pela votação do reajuste: vigília organizada pelo senador Paulo Paim deve começar amanhã



Paim questiona argumentos contra o aumento: "Antes tinha dinheiro"



Relator no Senado, Jucá diz que correção do erro obrigará retorno do PLV à Câmara

Segundo o Ministério da Previdência, em março foram emitidos 8,2 milhões de benefícios acima de um salário mínimo, ou seja, esse seria aproximadamente o universo de prejudicados com a eventual perda de validade da MP.

Na quinta-feira, Paim tentou obter a relatoria do PLV, mas a tarefa será assumida pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR). Paim também apresentou requerimento de preferência para o projeto, sob o argumento de que as outras matérias que trancam a pauta do Plenário (MPs 477/09 e 480/10 e PLV 3/10) vem também em 1º de junho. Mas o presidente do Senado, José Sarney, explicou que não é possível inverter a pauta, pois o Regimento Interno determina que seja obedecida a ordem de chegada ao Senado.

Erro técnico

Uma incongruência entre o índice de correção e o valor fixado para o

Categoria luta há décadas para indexar benefícios ao salário mínimo

As aposentadorias e pensões do INSS vêm progressivamente perdendo valor se comparadas ao salário mínimo. Nos governos Fernando Henrique e Lula essa defasagem já chega a 70%, sendo 26,6% na administração anterior e 43,4% na atual, segundo levantamento da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

Por lei, os benefícios são corrigidos anualmente para manter o poder de compra, enquanto o salário mínimo tem tido aumentos reais – acima da inflação –, principalmente no governo atual. Mas os aposentados argumentam que recolheram suas contribuições ao longo da vida laboral em função do número de salários mínimos, com a expectativa de que

a proporção fosse mantida.

Quando o metalúrgico Luiz Antonio Alves se aposentou, em 1999, após 35 anos de serviço, ganhava oito salários mínimos. Hoje recebe o equivalente a três. E, se a tendência se mantiver, acredita que logo estará recebendo apenas um.

– Querem que todo mundo ganhe um salário mínimo, mas eu lutei a vida toda para ganhar um bom salário. Por que eu vou ganhar um

salário mínimo? – reclama.

O caso do motorista Antero Ferreira Lima, de São Paulo, é semelhante e o mesmo se repete com qualquer aposentado do INSS. Em 1993, ele se aposentou com renda de sete salários mínimos, hoje correndo a três.

– Eu contribuí sobre sete salários. Então, meu dinheiro está lá [na Previdência]. Leva a crer que estão instruindo o trabalhador a só contri-

buir sobre o valor do mínimo – diz.

Eles estavam entre os 150 aposentados que vieram ao Senado na semana passada, provenientes de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Distrito Federal, para defender a aprovação do PLV 2/10. O movimento, organizado pela Cobap, continua esta semana.

– Nunca antes na história desse país, os aposentados perderam tanto como no governo Lula. O presidente Lula concorda em dar 7%, mas não concorda em dar 7,72%. O comentário é que Lula vai vetar. Se ele vetar, será uma demonstração de que tem raiva dos aposentados – opina o senador Mário Couto (PSDB-PA).

Quinze anos de defasagem

Diferença entre os reajustes concedidos ao salário mínimo (SM) e aos benefícios acima de um SM, entre 1994 e 2010

	Reajuste salário mínimo	Reajuste benefícios	Diferença
Janeiro/94	75,28%	75,28%	—
Setembro/94	8,04%	—	-8,04%
Maio/95	42,85%	42,85%	—
Maio/96	12%	15%	3%
Junho/97	7,14%	7,76%	0,62%
Junho/98	8,33%	4,81%	-3,52%
Junho/99	4,61%	4,61%	—
Junho/00	11,02%	5,81%	-5,21%
Junho/01	19,2%	7,66%	-11,54%
Junho/02	11,11%	9,2%	-1,91%
Junho/03	20%	19,71%	-0,29%
Maio/04	8,33%	4,53%	-3,8%
Maio/05	15,38%	6,35%	-9,03%
Maio/06	16,67%	5,01%	-11,66%
Maio/07	8,56%	3,3%	-5,26%
Abri/08	9,23%	5%	-4,23%
Fevereiro/09	12,04%	5,92%	-6,12%
Janeiro/10	9,67%	6,14%	-3,53%
Total	299,46%	228,94%	-70,52%

Fonte: Cobap



Mário Couto critica postura de Lula

Redutor foi saída encontrada para a falta de idade mínima

O fator previdenciário foi adotado depois que o Congresso rejeitou, em 1999, por apenas um voto, a introdução da idade mínima para as aposentadorias dos trabalhadores do setor privado, durante a votação da reforma da Previdência. Foi uma espécie de "remendo", como classifica o pesquisador Kaizô Beltrão, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialista no setor previdenciário.

– Não é uma fórmula tecnicamente impecável, mas o fator tem a função de empurrar a aposentadoria para frente. Se não existir o fator, tem que existir uma idade mínima. Senão, o sistema previdenciário fica cada vez mais caro. Fica uma carga grande para o pessoal ativo – avalia.

A fórmula de cálculo do fator leva em conta o tempo de contribuição, a alíquota de contribuição, a idade do trabalhador e a expectativa de sobrevivência no momento da aposentadoria. A cada ano essa última variável é fornecida pelo IBGE, a partir de seus levantamentos estatísticos ("tábua de vida").

Assim, o resultado final sempre muda de ano a ano e de pessoa para pessoa. Mas o mecanismo, segundo o senador Paulo Paim, chega a reduzir o valor dos benefícios das mulheres em 51%, e dos homens, entre 35% e 40%.

Na prática, o fator previdenciário diminui o valor da aposentadoria para as pessoas mais novas. Para não ter o redutor, muitos trabalhadores que já completaram o tempo de contribuição retardam a aposentadoria. O tempo mínimo de contribuição exigido no Brasil é 35 anos para homens e 30 anos para mulheres, com diminuição em casos especiais, como para os professores, que trabalham cinco anos a menos.

– Nenhum país adota uma forma tão cruel e maquiavélica como o fator – afirma Paim.

O senador Flávio Arns (PSDB-PR) lembra que o Senado já aprovou, por unanimidade, o fim do dispositivo há dois anos, enviando a matéria à Câmara

(veja o quadro à direita). Ele acredita que, por coerência, os senadores devem referendar o projeto de lei decorrente da MP 475/09, que extingue o fator previdenciário.

– Vamos ter que ratificar o voto já concedido, agora com a apreciação desse projeto – acredita Arns.

– Pouquíssimos países têm o tempo de contribuição sem o limite de idade. Tirar o fator sem colocar a idade mínima vai ser o caos – opina.

Ele acredita que a situação dos que se aposentaram durante a vigência do fator vai dar margem a muitas contestações judiciais, já que esses trabalhadores ficaram prejudicados em relação aos que vieram a se aposentar a partir de 2011, se o redutor for eliminado. Também considera que deve ocorrer uma corrida às aposentadorias, com importante impacto sobre as contas públicas.

Apesar das indicações do governo de que Lula vetará o fim do fator previdenciário se a medida for aprovada, o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins Gonçalves, diz não acreditar nessa possibilidade.

– Eu não vejo como o Lula poderá vetar e ir contra mais de 40 milhões de trabalhadores e também decepcionar os aposentados – afirma.



Para Warley Gonçalves, da Cobap, se Lula vetar o projeto, irá contra 40 milhões de trabalhadores

Senado enviou projeto à Câmara em 2008

As principais reivindicações de aposentados e pensionistas estão contempladas em três projetos que o Senado aprovou em 2008 e que aguardam decisão da Câmara dos Deputados (PL 3.299/08). Aguarda votação do Plenário.

texto do Senado (EMS 1/07), que deu parecer favorável. Proposta será agora votada pelos deputados em Plenário.

Emenda da Comissão de Assuntos Sociais ao PLC 42/07, aprovado pelo Senado em abril de 2008: garante o percentual de reajuste do salário mínimo para todas as aposentadorias e pensões. Na Câmara, foi constituída comissão especial para analisar o

PLS 296/03, do senador Paulo Paim: como no PLV 2/10, a proposta elimina o fator previdenciário. Aprovado em abril de 2008 pelo Plenário do Senado,

Saiba mais

O que o PLV aprovado na Câmara traz de novidades

➤ A Câmara dos Deputados modificou a medida provisória (MP 475/09) editada em dezembro pelo governo que reajustou em 6,14%, a partir de 1º de janeiro, os benefícios da Previdência Social (aposentadoria, pensões e outros) maiores que um salário mínimo. O índice foi alterado no projeto de lei de conversão (PLV 2/10) para 7,72%.

➤ O teto para contribuição e dos benefícios passou para R\$ 3.416,54 pela MP e pode vir a ser de R\$ 3.444,22, conforme o PLV. Mas esse último valor foi calculado errado, com base em um reajuste de 7%, que já havia sido acertado com o Executivo e constava do relatório do deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), líder do governo na Câmara. Se aplicado o índice de 7,72%, o teto subirá para R\$ 3.467,40.

➤ O PLV retira a previsão de reajuste para 2011, que, pela MP, será calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2010 acrescido de 50% do crescimento do produto interno bruto (PIB) de 2009, no caso de este ser positivo. Em função da crise financeira internacional, o PIB do ano passado teve retração de 0,2%. Assim, o atrelamento ao crescimento econômico seria inócuo.

➤ O PLV restabelece, para os próximos anos, a regra de reajuste dos benefícios da Previdência prevista pela Lei 8.213/91: com base no INPC, na mesma data do aumento do salário mínimo.

➤ O projeto extingue o fator previdenciário a partir de 1º de janeiro de 2011.

Sessão solene também serviu para homenagear o 50º aniversário da Arquidiocese de Brasília. Evento católico realizado na capital terminou domingo

Parlamentares celebram 16º Congresso Eucarístico

COM O PLENÁRIO lotado por cerca de 70 bispos e arcebispos, além de padres e parlamentares, o Congresso Nacional promoveu na sexta-feira sessão solene para comemorar os 50 anos da Arquidiocese de Brasília e o 16º Congresso Eucarístico Nacional, encerrado domingo na capital federal. A homenagem foi solicitada pelos senadores Marco Maciel (DEM-PE) e Pedro Simon (PMDB-RS) e pelo deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR).

Em seu pronunciamento, Pedro Simon afirmou acreditar que o Senado também aprovará o projeto Ficha Limpa, que impedirá que pessoas condenadas em segunda instância possam se candidatar em eleições.

Para ele, a proposta é de grande importância e é resultado da pressão da sociedade, que não aceita mais que espertalhões procurem o mandato parlamentar para fugir de processos na Justiça. Simon, membro da Ordem Terceira Franciscana, foi aplaudido pelos bispos. Também discursaram o senador Marco Maciel e os deputados Luiz Carlos Haully e Alberto Fraga (DEM-DF).

Compuseram a mesa da sessão o arcebispo metropolitano de Brasília, dom João Braz de Aviz; o arcebispo de São Paulo, cardeal dom Odilo Scherer; o arcebispo militar do Brasil, dom Osvino Both; e o presidente do Movimento Político pela Unidade, Sérgio Prévêde.

Cinquentenário

Neste ano, a Arquidiocese de Brasília completou 50 anos, juntamente com a capital federal. Sua implantação foi comandada pelo então arcebispo de Goiânia, dom Fernando Gomes dos Santos. Na noite de 20 para 21



Dom Osvino Both, Sérgio Prévêde, o arcebispo de Brasília, dom João Braz de Aviz, Marco Maciel, dom Odilo Scherer e o deputado Luiz Carlos Haully

de abril de 1960, em missa solene celebrada pelo patriarca de Lisboa, dom Manuel Gonçalves Cerejeira, e com a presença de autoridades como o presidente da República, Juscelino Kubitschek, a Arquidiocese de Brasília foi oficialmente inaugurada.

O primeiro arcebispo foi dom José Newton de Almeida Baptista, até então arcebispo de Diamantina. Ele tomou posse no dia 21 de abril de 1960 e foi sucedido em 1984 por dom José Freire Falcão – mais tarde feito cardeal. Dom Falcão foi sucedido em 2004 por dom João Braz de Aviz, atual arcebispo metropolitano.

A Arquidiocese de Brasília abrange todo o território do Distrito Federal. De acordo com

informações da Cúria Metropolitana, são 122 paróquias, 339 padres, 507 religiosos e religiosas e 69 diáconos permanentes.

O 16º Congresso Eucarístico Nacional (CEN 2010) é um evento religioso cujo tema é “Eucaristia, pão da unidade dos discípulos missionários”. O lema é “Fica conosco, Senhor!”.

O Congresso foi iniciado na quinta-feira com uma missa solene celebrada pelo cardeal dom Cláudio Hummes, representante do Papa Bento XVI. Participaram da celebração 300 bispos e arcebispos de todo o país e, segundo os organizadores, aproximadamente 45 mil fiéis. A missa foi assistida também pelo presidente em exercício, José Alencar, entre outras autoridades.

Votação parecia impossível, afirma Simon

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o Congresso Eucarístico Nacional já está fazendo seu primeiro milagre: a votação do projeto Ficha Limpa (PLC 58/10 - Complementar), que está na pauta desta quarta-feira da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto veta a candidatura de pessoas condenadas pela Justiça, em decisão colegiada (por grupo de juízes), por praticarem crimes de corrupção, abuso de poder econômico, homicídio e tráfico de drogas.

– A Casa vai aprovar o projeto Ficha Limpa, coisa que parecia impossível – comemorou. O senador disse que a família e a sociedade estão em crise e apontou como grandes males do país a impunidade, o “jeitinho” e as vantagens concedidas somente aos que têm dinheiro para pagar bons advogados, impedindo inúmeros recursos até os processos prescreverem.

– Enquanto presidentes de outros países são cassados por atos corruptos, aqui só ladrão de galinha vai para a cadeia. Simon também falou sobre a importância do catolicismo em sua formação, dizendo que é o que é graças à Igreja e à educação religiosa.

Marco Maciel: evento importante para a Igreja

A celebração de sexta-feira é importante para a Igreja, pois contribuirá para enriquecer as convicções religiosas, ressaltou o senador Marco Maciel (DEM-PE). Ao mesmo tempo, acrescentou, o evento pode ser “uma provisão de sol interior que leve à busca de saídas para os problemas e as dificuldades”.

– Voltemos todos, cristãos ou não cristãos, nossa atenção para o exemplo supremo de unidade e comunhão que o ministério da eucaristia nos oferece. Faço minhas as belas e sábias palavras de dom João Braz de Aviz na apresentação do texto-base para a Conferência Eucarística deste ano: “A santíssima eucaristia nos oferece uma ocasião singular, no momento atual, para encontrar respostas verdadeiras e satisfatórias diante da cultura atual, que se debate entre a força da diversidade e a ânsia da unidade, na busca de uma nova síntese para a sua experiência de globalidade” – citou o senador. Esta é a segunda vez que Brasília acolhe o Congresso Eucarístico Nacional, pois em 1970 foi realizada na capital a oitava edição, lembrou.

Cristovam diz que bispos inspiraram projeto Ficha Limpa

Na sessão solene do Congresso na sexta-feira, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o Brasil deve aos bispos a inspiração para o projeto Ficha Limpa, em tramitação no Senado.

Diante de um Plenário lotado de religiosos católicos, ele defendeu a realização de mais encontros como o que acontecia naquele momento.

– Não para os senadores falarem, mas para ouvirem.

Precisamos saber o que fazer num país em que a família está desarticulada, e isso é a causa de todos os problemas – observou.

Segundo Cristovam, a crise da educação tem como matriz principal, além da escola precária, a desarticulação da família.

O avanço do consumo de drogas pela juventude, na visão do senador, decorre da falta de família e da fé, “não apenas no

sentido religioso, mas social, como causa para a vida”.

A própria corrupção, acrescentou, decorre da desagregação familiar, “em que cada um luta por si e se sente no direito de tomar o que é do outro”.

Diante de tantos desafios, Cristovam sugeriu que cada bispo se sinta no direito de fazer sugestões aos senadores, levando-lhes conselhos como o que resultou no projeto Ficha Limpa.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

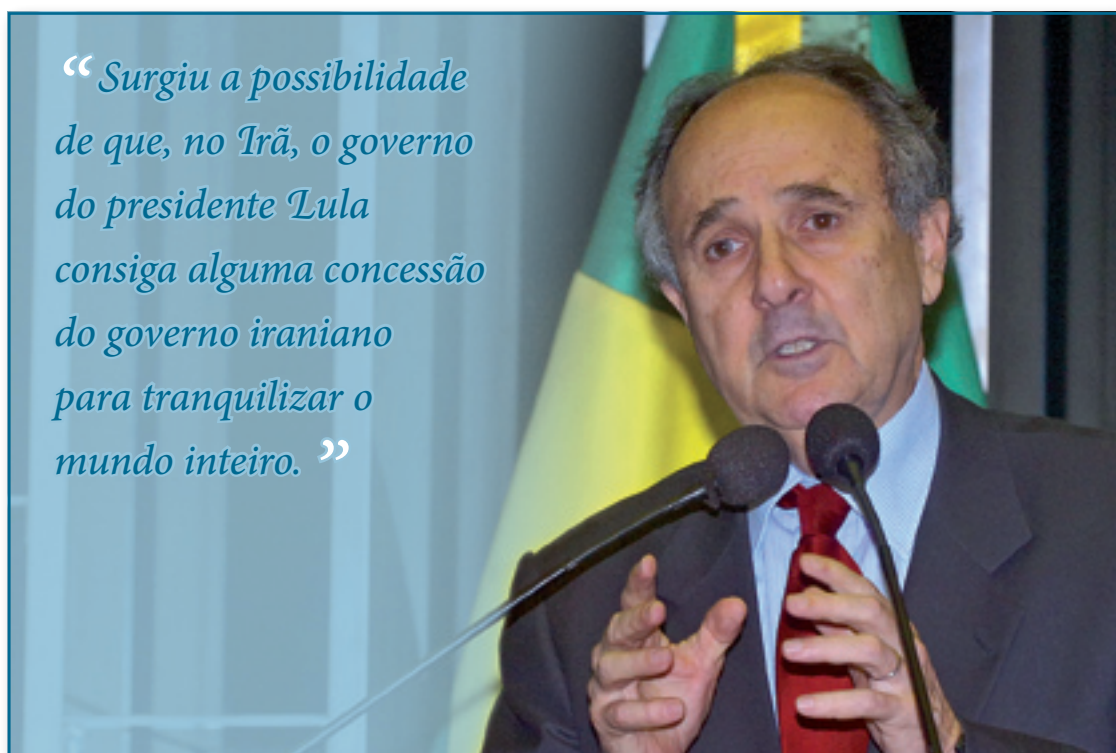
Caso o presidente Lula tenha êxito nas negociações com o presidente do Irã, senador acredita que o país reforçará seu papel no cenário mundial

Cristovam: Brasil pode ser protagonista da paz

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) desejou ao presidente Lula e ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, êxito no encontro com o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, com quem o governo brasileiro espera estabelecer um diálogo sobre o programa nuclear do Irã. Para o senador, se o presidente e o chanceler conseguirem uma concessão do Irã, o Brasil “terá dado o maior salto de protagonismo nas negociações mundiais pela paz em toda a história”:

– Se essa viagem conseguir trazer a paz, se conseguir fazer o mundo respirar com tranquilidade diante do que vai fazer o governo iraniano daqui para frente com seu poder de controlar a tecnologia do enriquecimento do urânio, se o governo brasileiro, se o presidente Lula e o ministro Celso Amorim conseguirem fazer o mundo respirar aliviado, a presença lá fora será graças a eles, mas também do Brasil inteiro.

Cristovam disse ter a impressão de que não foram percebidas até agora a importância e as possibilidades dessa viagem ao Irã, mas somente os riscos. Ele reconheceu que é um risco muito grande tomar uma posi-



“Surgiu a possibilidade de que, no Irã, o governo do presidente Lula consiga alguma concessão do governo iraniano para tranquilizar o mundo inteiro.”

Fotos de J. Freiluis

ção contra a corrente mundial e admitiu que ninguém tem certeza do que o Irã fará com o urânio enriquecido. Para o senador, o medo e a tensão são justificáveis, e o mundo inteiro tem de estar preocupado com a proliferação de armas nucleares, seja em relação ao Irã ou a qualquer outro país.

O parlamentar disse ainda que uma leitura cuidadosa dos

jornais indica que já deve haver alguma coisa positiva acordada com o presidente do Irã e mostra mudanças na reação dos outros países. Ele observou que os governos americano e francês já manifestaram seu entendimento de que o governo brasileiro é a última chance do Irã.

– Espero que a gente possa amanhã ou depois ler nos jornais que o Brasil teve um papel

fundamental, na medida em que conseguiu do governo iraniano um gesto na direção de dar as garantias que permitam dizer: graças ao governo Lula, graças ao Brasil e à sua intervenção no cenário internacional, pelo menos o Irã não vai continuar com a proliferação de armas nucleares – disse.

O senador desejou ainda que Lula e Amorim, em nome do Bra-

sil e dos brasileiros, se transformem em “fazedores da paz”.

Direitos humanos

Terminadas as conversas em torno da questão do programa nuclear, acrescentou, o presidente Lula deve dar o passo seguinte: entabular negociações para que o Irã possa, observadas todas as especificidades religiosas que tenha, respeitar os direitos humanos. Para Cristovam, é inadmissível que as mulheres não tenham seus direitos respeitados, que não haja liberdade para a opção sexual, que a liberdade religiosa não seja plena e que a liberdade de imprensa esteja cerceada.

Mão Santa (PSC-PI) reforçou a apreensão de Cristovam em relação às denúncias de desrespeito aos direitos humanos no Irã. Já Alvaro Dias (PSDB-PR) disse temer que a visita de Lula ao Irã possa significar para muitos “a consagração daquilo que tem que ser repudiado pelos democratas em todo o mundo”.

Na hipótese de nada dar certo na conversa entre os presidentes do Brasil e do Irã, Cristovam afirmou que Lula poderá dizer: “Eu tentei e a partir de agora posso me sentar ao lado de quem quer impor sanções ao Irã”.

Paulo Duque lembra exemplo de Tiradentes

Paulo Duque (PMDB-RJ) homenageou Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, e todos os heróis da Inconfidência Mineira. Ele destacou o movimento contra a Coroa portuguesa surgido há 250 anos, com intelectuais, militares e religiosos “que lutaram pela liberdade, numa época em que era comum mandar açoitar em praça pública, era comum mandar correr em torno da forca levando açoitões ou ferro em brasa”.

O senador lembrou o papel de Tiradentes, “líder e idealista maior” do movimento. Frisou que a conspiração falhou devido à traição de Joaquim Silvério dos Reis, um dos inconfidentes, que denunciou o movimento à Coroa portuguesa, em troca do perdão de suas dívidas.

– Como se vê, é antiga a prática da delação premiada, como estamos vendo no governo de Brasília, com um de seus integrantes denunciando todo mundo para ter a pena de seus crimes diminuída – disse.



Paulo Duque: movimento reuniu intelectuais, militares e religiosos

Alvaro espera “reação dura” do TSE contra programa eleitoral do PT

“O PT cometeu uma violência contra a legislação eleitoral do país, desdenhou da Justiça Eleitoral.” A afirmação foi feita pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), na sexta-feira, ao comentar da tribuna o programa eleitoral gratuito de rádio e TV do Partido dos Trabalhadores transmitido no dia anterior.

O senador disse esperar uma “reação dura” do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em relação ao que classificou de “antecipação de campanha eleitoral do PT, que impôs a candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República com muita antecedência”.

Com relação ao programa exibido na quinta-feira, em que o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva enaltece as qualidades de Dilma e faz um comparativo do seu governo com o de seu antecessor, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Alvaro declarou que não poderia ficar em silêncio.

– Se a autoridade maior desse



Para Alvaro Dias, o Partido dos Trabalhadores “desdenhou” da Justiça Eleitoral

país não respeita a lei, como se exigir que o cidadão comum venha a respeitá-la nesse momento crucial de definição do futuro do país? – questionou o parlamentar, ao lembrar que cabe agora aos advogados dos partidos de oposição analisar as providências cabíveis.

Alvaro lembrou que, no mo-

mento da exibição do programa do PT, o TSE julgava pela procedência de uma representação do PSDB e do DEM contra outro programa daquele partido, exibido em dezembro de 2009, multando o partido transgressor com a suspensão de um programa eleitoral no próximo ano. Conforme observou, a

decisão do tribunal de punir o PT deveria ter recaído sobre o programa de quinta-feira, mas, por “retardo no julgamento”, a suspensão foi adiada para 2011, quando não haverá eleições.

Contestação

Alvaro classificou como “mentirosas” várias afirmações feitas nesse programa do PT, como a de que o Programa Luz para Todos é uma novidade do atual governo, quando, na verdade, segundo o senador, já existe há décadas.

Ele informou que em junho será a vez de o PSDB transmitir, para toda a nação, seu programa eleitoral gratuito.

– O que fazer? Respeitar a lei ou seguir o exemplo do adversário, afrontando a legislação para tentar conquistar votos? – questionou Alvaro, ao afirmar que “nessa competição desigual em que um partido respeita a lei e outro não, o que não respeita é premiado, e a competição se torna desigual”.

Mão Santa homenageia centenário de Joaz Rabelo

Mão Santa (PSC-PI) homenageou o centenário de nascimento de seu pai, Joaz Rabelo de Souza, a ser comemorado amanhã. Ele leu discurso de sua irmã mais velha, a professora e escritora Maria Christina de Moraes Souza Oliveira, da Academia Parnaibana de Letras, em homenagem ao pai, falecido em novembro de 1982.

O discurso conta a trajetória de Joaz Rabelo, do nascimento,

em São Luís, até as realizações em Parnaíba, no Piauí, onde passou a maior parte de sua vida. Ele foi agrimensor, comerciante e industrial, tendo ainda sido suplente de juiz federal e inspetor de ensino do Ministério da Educação, por nomeação de Getúlio Vargas. Mão Santa afirmou que seu pai foi pioneiro na venda a varejo de relógios de pulso e pulseiras em Parnaíba, sendo

ainda fundador, em 1930, da primeira livraria da cidade – a Livraria Rabelo.

Joaz Rabelo casou-se em 1934 com Joana de Moraes Souza, com quem teve cinco filhos: Maria Christina (professora e acadêmica em Parnaíba), Antônio José (empresário e político), Yeda (assistente social), Paulo de Tarso (procurador da Sudene) e Mão Santa (médico e político).



Mão Santa disse que seu pai fundou a primeira livraria de Parnaíba

Seminário organizado pelo Senado debate a proteção à propriedade intelectual e cultural após o advento da rede mundial de computadores

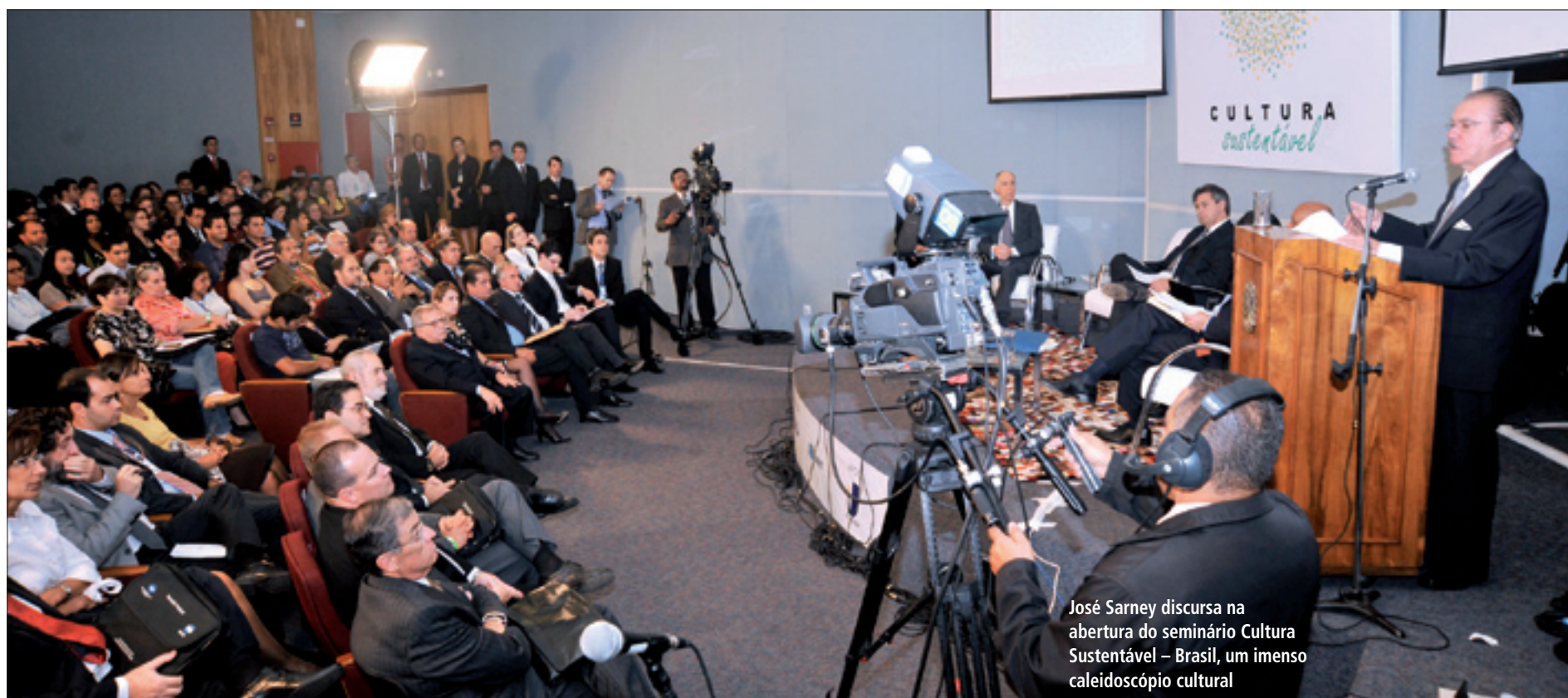


Foto de Jonas Pereira

Direitos autorais enfrentam desafio da internet

A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA, propiciada pela informática ao alcance de muitos e pela expansão da rede mundial de computadores, agravou questões sobre a proteção ao direito autoral e à cultura nacional. Qualquer obra que possa ser reproduzida em formato digital é objeto de divulgação e consumo que quase sempre ignoram os direitos de seus criadores. Para discutir novos enfoques sobre o direito autoral em um cenário irreversível de convergência digital, o Senado promoveu o Seminário Cultura Sustentável – Brasil, um imenso caleidoscópio cultural, que reuniu especialistas em direito, parlamentares e autores culturais do país, na última terça.

– A internet é uma ferramenta de informação fabulosa, cuja importância e permanência em nossas vidas é indiscutível. Mas o livre acesso à informação que a rede permite não pode redundar na subtração de direitos de terceiros – afirmou o professor e especialista na área de propriedade intelectual Sydney Sanches.

Ele ressaltou, porém, que o direito autoral não pode ser visto como um inibidor de acesso às obras.

– A legislação prevê uma série de restrições ao direito do

autor, mas essas se extinguem com o tempo – observou.

Defesa do autor

O advogado João Carlos Muller Chaves, consultor jurídico da Associação Brasileira dos Produtores de Discos (ABPD), defendeu enfaticamente os direitos autorais e destacou que a única proteção que os autores têm é a jurídica.

– Não sou isento, tenho um partido tomado, o da defesa do direito de autor. A luta se resume numa palavra: internet. Na rede há interesses gigantescos contra os direitos autorais. As empresas de internet ganham dinheiro com publicidade e quanto mais oferecerem conteúdo grátis maior tráfego atraem e assim ganham mais dinheiro em publicidade – afirmou, lembrando que todas as leis que se aplicam à imprensa e à rádiodifusão também servem para a internet.

O compositor Fernando Brant também defendeu os direitos dos autores: tudo que é legítimo no mundo real é também no virtual. E exemplificou: entrar na conta de alguém no banco é crime, seja usando um revólver ou um computador.

– Garantir acesso amplo e irrestrito à cultura é dever do

Estado. Os autores fazem seu trabalho e devem ser remunerados – defendeu.

Já a escritora Alessandra Roscoe vê a legislação dos direitos autorais como um obstáculo à divulgação de livros digitais e questionou como é possível desvincular a luta dos autores de uma luta corporativa. O ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Carlos Fernando Mathias respondeu que compreende o sentimento dos autores que querem ser lidos, mas destacou que nenhum escritor deseja ver outras pessoas ganharem dinheiro com sua obra. E, segundo Mathias, é isso que ocorre na internet.

No seminário também foi discutida a questão de que conteúdo jornalístico está sendo divulgado por empresas estrangeiras na internet, o que é vetado pela Constituição. Os advogados Alexandre Krueel Jobim e Luís Roberto Barroso ressaltaram que a Constituição obriga que 70% do controle das empresas jornalísticas tem que ser de brasileiros natos.

– O objetivo dessa regra é a preservação da soberania e da cultura nacional. A regra constitucional vale para a internet e deve ser preservada. O risco de não seguirmos essa determinação é que a comunidade internacional passe a formar a visão crítica da sociedade brasileira sobre assuntos, por exemplo, sobre a soberania da Amazônia – disse Krueel.

Para Sarney, acesso à rede é essencial à proteção da cultura

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu a atuação do Estado na proteção ao direito autoral e à cultura brasileira, diante da rápida disseminação de novas formas de compartilhamento de obras no ambiente digital. Na abertura do seminário Cultura Sustentável, realizado na última terça, Sarney disse que “sem proteção não há investimento, seja do grande empreendedor, seja do próprio artista”. O encontro reuniu intelectuais e especialistas em direito autoral para discutir formas de proteção da diversidade cultural brasileira em tempos de internet.

– A sociedade deve reconhecer que o produto cultural não pode ser tratado como um bem público independente do valor da criação de quem o criou, num processo de desvalorização do ofício de criar, de produzir e de distribuir o objeto criado.

Sarney lembrou que o aumento do acesso à banda larga e a oferta de espaços gratuitos à internet permitirá a difusão da cultura local na rede. Assim, estará garantida a “riqueza da cultura brasileira, multifacetada”.

Empresas e artistas terão que se adaptar aos novos meios de difusão cultural, afirmou ele. Exemplo disso é o caminho encontrado por grandes organizações internacionais, como a Amazon e a Apple, que vendem produtos culturais, a preços acessíveis, com garantia de qualidade e proteção contra vírus, ao contrário do que ocorre com os *downloads* ilegais.

Outro obstáculo, segundo Sarney, reside na necessidade de convencer os artistas de que, diante dos números gigantescos da internet, é suficiente uma pequena remuneração por reprodução, como forma de tornar viável a cadeia produtiva cultural.

Feito isso, observou, será preciso “transformar essas considerações em direito e esse direito em prática”, algo que não ocorrerá tão rapidamente.

– Certamente se passará algum tempo antes de surgir uma prática de direito autoral no ambiente digital que possa equilibrar as relações entre criador e consumidor como tivemos ao longo do século 20 – concluiu Sarney.



O seminário contou com a participação de Alexandre Krueel Jobim (1º à esq.), advogado; Domicio Proença Filho, da Academia Brasileira de Letras; deputado Aldo Rebelo e senador Marco Maciel; e Luís Roberto Barroso, advogado